



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Secretaria da Educação - SEDUC

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE

PROGRAMA PARA RESULTADOS

(PforR)

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O
ESTADO DO CEARÁ A PARTIR DO FORTALECIMENTO DO
SETOR PRODUTIVO, APOIADA EM INOVAÇÃO E COM
FOCO NA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO**

PLANO DE AÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Secretaria da Educação - SEDUC

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE

AÇÃO INICIAL

**DIVERSIFICAR A OFERTA DO ENSINO MÉDIO, ARTICULANDO-O
COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COM O MUNDO DO
TRABALHO PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA REDE DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

Nicole Barbosa Alcântara – Secretária

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo - Secretário

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)

Inácio Arruda – Secretário

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)

Josbertini Virgínio Clementino - Secretário

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Maurício Holanda Maia - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Barreto – Diretor Geral

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (ADECE)

Ferruccio Feitosa- Presidente

COORDENAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

COMITÊ TÉCNICO INTERSETORIAL DA ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO ESTADO DO CEARÁ

Equipe Técnica

Claúdio Ferreira Lima (SDE)

Filipe Rabelo Távora (SDE)

Witalo Paiva (IPECE)

Victor Hugo (IPECE)

Avilton Júnior (SEPLAG)

Sandra de Sousa (SEPLAG)

Andréa Rocha (SEDUC)

Sara Maria (SEDUC)

Cecy de Castro (ADECE)

Robson Veras (STDS)

Sandra Monteiro (SECITECE)

1. ANTECEDENTES

O Programa para Resultado (*PforR*) é a materialização de um acordo de empréstimo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial. Entre os anos de 2012 e 2013, o programa foi desenhado sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e do Banco Mundial, e contou com a participação de diversas secretarias e instituições estaduais ao longo dos meses de preparação. A formalização do empréstimo e, por conseguinte, do programa ocorreu nos meses finais do ano de 2013 e suas iniciativas estão previstas até o ano de 2018.

O *PforR* se fundamenta na definição de áreas estratégicas cujas iniciativas estaduais devem ser apoiadas pelo programa, considerando que os resultados deverão ser alcançados com base em uma ação articulada e integrada das instituições que compõem o Governo do Estado. Cada área estratégica representa um componente do programa e um deles é o *Crescimento Econômico*, no qual a Estratégia de Desenvolvimento está inserida.

A Estratégia desenvolvida surge como uma tentativa de se construir um documento capaz de funcionar como um guia para atuação do Estado, integrando suas ações e fazendo-as seguir uma mesma direção, formalmente apresentada, considerando o médio e o longo prazos.

Nesta perspectiva, o documento vem sendo construído desde 2013 e tem, em sua versão na íntegra, o fechamento de uma primeira etapa de um projeto maior. De fato, tomado desde o início como um “elemento vivo”, em constante construção e aperfeiçoamento, o documento deve representar parte de uma estratégia de desenvolvimento, mais ampla e completa, a ser construída pelo Estado e que deverá englobar outras questões não tratadas nesta, como saúde e segurança, por exemplo. Neste primeiro momento, o desenvolvimento da economia cearense é pensado a partir do fortalecimento do seu setor produtivo, fundamentando-o em dois pilares: inovação e capital humano.

O documento completo está dividido em duas partes. A primeira, traz um diagnóstico da realidade atual da economia cearense, contemplando questões ligadas ao setor produtivo da economia, ao desenvolvimento da inovação e à formação de capital humano. Tal análise está apoiada em um conjunto expressivo de dados e na percepção de técnicos e especialistas integrantes das instituições estaduais e do setor privado, que foram convidados a refletir sobre questões-chaves da economia cearense¹. Além do diagnóstico, o documento traz a Visão de Futuro para a economia cearense a partir do seu setor produtivo².

A partir do diagnóstico e da Visão de Futuro, definiu-se alguns objetivos estratégicos que devem guiar a atuação do Estado na direção aqui proposta, bem como as estratégias focadas

¹ Tais percepções e experiências foram captadas nas Oficinas de Trabalho realizadas ao longo do mês de setembro de 2014, com o objetivo de aprofundar o diagnóstico quanto aos entraves existentes ao desenvolvimento da economia cearense.

² Esta Visão é o resultado de um evento técnico organizado pelo Governo do Estado e que, nos moldes das oficinas anteriores, contou com a participação de diversos técnicos e especialistas do setor produtivo, da academia e do poder público. O evento em questão denominou-se *Workshop Bases Estratégicas para o Desenvolvimento Econômico do Ceará* e foi realizado no início do mês de dezembro de 2014.

na qualificação do capital humano. De fato, a formação do capital humano foi definida como objeto imediato da atuação estatal para promover o crescimento da economia cearense conforme posto nesta estratégia.

A opção pelo capital humano se justifica por algumas razões principais: (i) é percebido como um dos elementos-chaves a permitir o processo de desenvolvimento sustentado da economia cearense; (ii) o capital humano atualmente existente no Estado não conduz a este processo; e (iii) a maior qualificação da força de trabalho leva a uma melhor distribuição dos ganhos decorrentes do desenvolvimento econômico que se deseja.

Com base neste entendimento e no diagnóstico quantitativo e qualitativo realizado, definiu-se o objetivo estratégico que deve nortear as ações do poder público quanto ao capital humano existente no Estado. Tal objetivo, já apresentado na parte inicial do documento, é expresso da seguinte forma:

Promover uma oferta de capital humano com a qualificação e na quantidade necessária para sustentar um processo de crescimento apoiado em ganhos de produtividade e inovação tecnológica.

O objetivo acima define de modo sintético a necessidade imediata de se garantir uma oferta adequada de capital humano tanto em termos quantitativos, como nas qualificações necessárias para o processo de crescimento sustentado que se almeja. A fim de tornar esse quadro uma realidade, o Estado elaborou um conjunto de ações a ser desenvolvido, definido a partir de estratégias voltadas para formação de capital humano e cuja construção se baseou em subsídios coletados em eventos técnicos realizados com tal objetivo³. Com efeito, a partir das discussões realizadas, consolidou-se um conjunto de estratégias que guiaram a construção das ações iniciais necessárias⁴.

Em linhas gerais, as estratégias construídas orientam para o fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas e dos instrumentos já desenvolvidos no Estado, favorecendo, desta forma, o melhor aproveitamento dos avanços já alcançados e potencializando os resultados futuros. Em particular, abordam as estruturas físicas e institucionais existentes, o alinhamento das diversas políticas estaduais, a integração dos diversos atores institucionais relacionados com o tema capital humano, entre outros pontos.

Adicionalmente, tais estratégias chamam a atenção para questões importantes que merecem uma nova abordagem e que possuem elevado potencial para favorecer o processo de formação de capital humano. Dentre estas, destacam-se o alinhamento entre as ações de formação e o fomento às pesquisas aplicadas, o desenvolvimento do empreendedorismo, e o aproveitamento dos jovens talentos cearenses.

³ No evento realizado no início de dezembro de 2014, denominado *Workshop Bases Estratégicas para o Desenvolvimento Econômico do Ceará*, construíram-se preliminarmente as estratégias que deveriam guiar a atuação do Estado. Com o objetivo de aperfeiçoar tais estratégias, realizou-se no mês de março de 2015 um novo evento voltado exclusivamente para discutir a formação de capital humano no Ceará, aprofundando as discussões até então realizadas. Novamente, contou-se com a participação de integrantes do setor público, da academia e do setor produtivo.

⁴ As estratégias e o conjunto de ações iniciais são apresentadas na parte II do documento final.

O documento, neste momento, apresenta a ação inicial para promover a oferta de capital humano nos moldes definidos em tais estratégias.

2. AÇÃO INICIAL

É importante destacar que as ações que compõem o presente plano são percebidas como ações iniciais a serem executadas pelo governo no curto prazo, e que, de modo algum, exaurem ou encerram as iniciativas que podem e devem ser realizadas pelo Estado ao longo dos próximos anos. Assim sendo, neste primeiro momento, as iniciativas definidas no plano de ação consideram ações de base necessárias para que se instale um processo de formação de capital humano nos moldes desejados. Estas têm por objetivo, em especial, contribuir para uma maior integração da atuação do governo e aprimorar a qualidade na formação (nível médio e de nível técnico), consolidando os avanços já alcançados. Além destas, o plano contempla ações “inovadoras”, cujo objetivo é potencializar a formação a partir de inter-relações com a inovação tecnológica e com o empreendedorismo.

Igualmente importante é perceber que, pelo fato da inter-relação presente entre as estratégias postas, uma única ação pode atender a mais de uma delas. Na verdade, algumas das ações apresentadas no plano possuem tal característica.

Sobre a ação definida como sendo a de execução inicial, tem-se que ela integra o grupo das ações de base e, como previsto, atende a mais de uma das estratégias postas. A justificativa para sua escolha, bem como sua relação com as estratégias para formação de capital humano serão explicitadas na seção seguinte. A seção dois busca apenas apresentar a ação, descrevendo-a em maiores detalhes a fim de que se tenha um maior entendimento a seu respeito.

AÇÃO 06 - DIVERSIFICAR A OFERTA DO ENSINO MÉDIO, ARTICULANDO-O COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COM O MUNDO DO TRABALHO PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO E-JOVEM E CORREDORES DIGITAIS

Responsável: Secretaria da Educação (SEDUC)

Co-responsável: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)

Período: 2015 -2018

O Projeto e-Jovem visa oferecer formação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tendo como princípios básicos a formação continuada, o protagonismo e empreendedorismo juvenil e a qualificação profissional dos estudantes. Com a atual proposta de organização curricular das escolas regulares de tempo integral, esse projeto está estruturado na parte diversificada do currículo e ofertado aos alunos nos turnos eletivos, possibilitando a certificação nessa formação profissional.

Princípios:

- Formação continuada;
- Protagonismo e empreendedorismo juvenil;

- Atitude empresarial com responsabilidade social.

Objetivos:

- Oferecer uma formação tecnológica e profissional que possibilite inserir o jovem no mercado de trabalho em áreas da informática como *Web designer*, redes, *hardware* e programação, observando as políticas de *softwares* livres, através da universalização da "cultura digital";
- Desenvolver projetos de empreendedorismo social juvenil, nas comunidades e escolas inseridas no projeto, criando uma cultura de responsabilidade social;
- Qualificar mão de obra para atender a demanda da Indústria de *software* no Ceará, podendo estar distribuída nos municípios, em articulação com empresas cearenses de TIC;
- Colaborar com o desenvolvimento sustentável dos Municípios.

O itinerário formativo do Projeto e-Jovem é constituído de modo a permitir ao estudante fazer escolhas sobre a ordem dos componentes a serem cursados, isso quer dizer que o aluno escolhe os caminhos que deseja percorrer durante o período do Tempo Integral. Assim, conquista novos desafios, cada vez mais complexos, em cada degrau alcançado em sua formação. Caso o aluno conclua todas as eletivas durante os três anos de ensino médio, ele receberá uma certificação de qualificação profissional de 400h.

Dessa forma, o itinerário formativo está estruturado em 6 (seis) eletivas conforme descrito a seguir:

o Informática Básica

- Introdução à Informática e Ferramentas de Escritório (80h/a)
- Design Visual e Desenvolvimento Web (80h/a)
- Ferramentas Google, Introdução à Programação e Noções de Hardware (80h/a)

o Preparação para o Trabalho e Prática Social

- Mercado de Trabalho e Empregabilidade (80h/a)
- Relações CIDADÃS (40h/a)
- Empreendedorismo Social – (80h/a).

Os alunos também poderão receber certificação modular, à medida que forem concluindo os componentes.

Desde sua criação, o e-jovem vem sendo financiado com recursos do tesouro estadual, por meio do FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza), fortalecendo a dimensão política de enfrentamento das desigualdades e iniquidades sociais enraizadas na sociedade cearense.

De modo a afirmar o compromisso do estado do Ceará em formar o capital humano necessário para o provimento de profissionais e o desenvolvimento dos negócios na área de TIC, surge, adicionalmente ao e-jovem, o Projeto Corredores Digitais - (SECITECE). Embora possuíssem finalidades e públicos-alvo similares e convergentes, os dois projetos não atuavam de maneira integrada.

O Projeto Corredores Digitais é um projeto de apoio e desenvolvimento de jovens empreendedores visando ampliar as ações estratégicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em diversas regiões do Estado, por meio da implementação de cursos de capacitação para formação de mão de obra qualificada em gestão de negócios e a criação de uma rede de incubadoras de TIC. Possui como público-alvo jovens egressos do ensino médio regular entre 16 a 29 anos. A ideia básica é, então, desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores em Tecnologia da Informação e Comunicação, e como consequência contribuir para geração de novos negócios digitais.

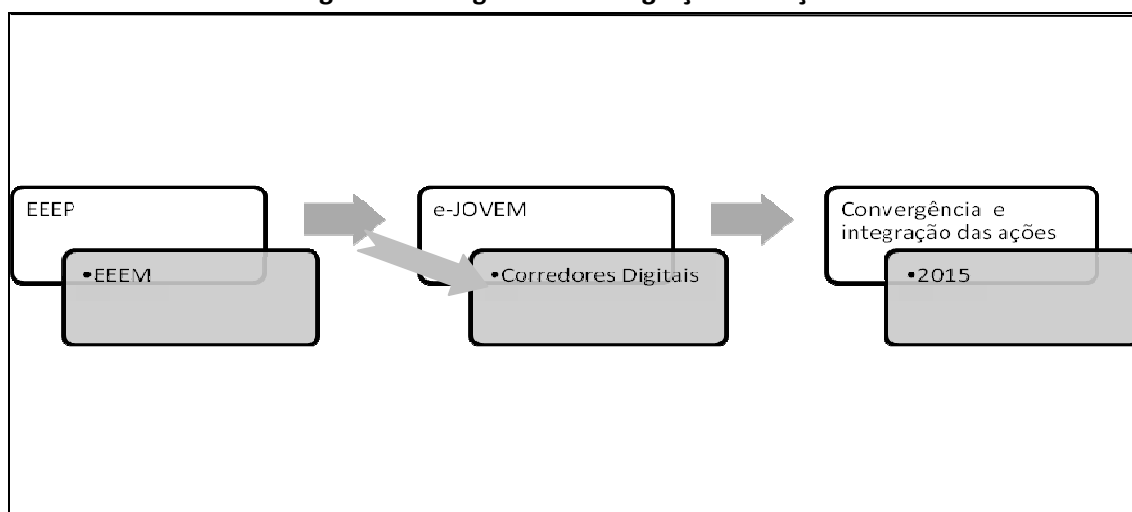
Com a proposta de integrar as políticas de formação na área de TIC, ampliando a cobertura dos programas estaduais e municipais, induzindo o desenvolvimento do setor de tecnologia do Estado, viu-se a necessidade de parceria entre os programas já existentes.

O Estado oferece atualmente dois programas de formação técnica: Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) e Projeto e-jovem. As EEEP têm como característica a oferta de curso técnico por três anos. O Projeto e-jovem, por sua vez, oferta formação complementar especial em tecnologia da informação para jovens egressos e alunos concluintes do Ensino Médio regular das escolas públicas. Ao final dessas formações, os jovens têm a possibilidade de desenvolverem seu próprio negócio, por meio do Projeto Corredores Digitais.

2.1. INTEGRAÇÃO DE AÇÕES ENTRE SETORIAIS (SEDUC e SECITECE)

A partir das características dos projetos e do diagnóstico realizado e apresentado no final do ano de 2014, percebeu-se a necessidade de integração das ações de educação e capacitação das escolas profissionais de tempo integral com as oportunidades oferecidas pelo setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. A partir disso, a SECITECE, por meio do Programa Corredores digitais, que oferece capacitação empreendedora e um processo de incubação para *start-ups* e negócios digitais, passou a adotar como estratégia, também, a utilização dos egressos das escolas profissionais e do e-jovem para o seu processo de desenvolvimento de negócios.

Figura 01 - Diagrama de Integração das Ações



Fonte: Elaboração própria

Como resultado dos esforços convergentes, a partir do segundo semestre de 2015 foram capacitados 465 jovens, dos quais 373 foram egressos do programa e-jovem ou das escolas profissionais, demonstrando melhor aproveitamento dos estudantes e maiores oportunidades aos jovens. O Projeto está tem como resultado a criação de 34 empresas e 13 formalizações.

Um importante benefício adicional da integração dos projetos diz respeito à sustentabilidade dos novos negócios. De fato, a maior e melhor formação oferecida pelo Projeto e-jovem e pelas EEEPs, dá ao jovem empreendedor assistido pelo projeto Corredores Digitais maior capacidade para criar e desenvolver uma *start-ups*, que por natureza são negócios de maiores riscos.

3. JUSTIFICATIVA E RELAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS

As ações anteriormente apresentadas, de forma isolada, não constituem atividades inéditas, entretanto o programa e-jovem e o projeto corredores digitais, desenvolvidos para a rede pública de ensino, constituem-se como uma experiência única no Brasil. E sua forma de desenvolvê-la, definida aqui, se constitui em uma abordagem inovadora. Essa ação se reveste em uma “ação de base”, como a defendida no plano de trabalho, na medida em que:

- Fortalece, aperfeiçoa e integra ações estaduais em desenvolvimento, ampliando sua efetividade;
- Alinha diferentes ações do Estado;
- Integra diferentes entidades, otimizando recursos, esforços e resultados;
- Oferta qualificação profissional e desperta o potencial empreendedor dos jovens;
- Cria possibilidades de trabalho e renda.

Neste contexto, como mencionado antes, é possível associar, diretamente, a ação escolhida com algumas das estratégias definidas para guiar a formação de capital humano no Estado, algo já esperado quando se desenvolve uma ação de base.

A ação definida como a primeira a ser implementada está, então, relacionada com as seguintes estratégias:

iv) Aprimorar e fortalecer a integração das políticas e instituições estaduais voltadas para a formação de capital humano

Esta estratégia tem como objetivo fundamentar ações que permitam fortalecer as políticas estaduais de formação de capital humano já desenvolvidas, aproveitando os avanços e os resultados alcançados até então. O fortalecimento proposto deve, necessariamente, passar pela integração das ações.

Com o intuito de otimizar os esforços e potencializar os retornos para a economia estadual, a estratégia em destaque joga luz sobre alguns pontos importantes. São estes, (i) identificar e corrigir eventuais sobreposições na execução das ações de cada instituição estadual envolvida, (ii) aperfeiçoar a construção dos planos de ação e suas execuções, utilizando mecanismos que permitam uma coordenação central e compartilhada entre as instituições com atuação na formação de capital humano, (iii) aperfeiçoar a articulação intragoverno na elaboração e na condução da política de formação de capital humano.

Adicionalmente, o fortalecimento pretendido pode passar pelo melhor aproveitamento das oportunidades para parcerias com instituições privadas nacionais e internacionais de fomento à formação de capital humano, seja por meio do repasse de recursos financeiros, seja pela

transferência de tecnologias e experiências. Da mesma forma, alinhar as estratégias locais aos planos nacionais, como o Plano Nacional de Educação, também fortalece a política estadual.

vi) Fomentar as ações de formação de capital humano de modo conjunto com ações voltadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&DI).

A presente estratégia propõe uma abordagem conjunta para favorecer e potencializar tanto a formação de capital humano, quanto o processo de inovação. A ideia é que o desenvolvimento em ações inovadoras possa estimular o interesse por maiores níveis de qualificação de pelo menos parte da força de trabalho. Tal estratégia contribui para que se alcance uma formação de mais alto nível, favorecendo a alocação destes indivíduos em atividades do setor produtivo. Por outro lado, o foco também no desenvolvimento de inovações, e não apenas na formação técnica, deve estimular a participação e atrair o setor produtivo, fazendo-o mais presente em todo processo.

Para tanto, é preciso um conjunto de ações que tornem essa integração possível. Essas, dentre outros pontos, devem aproximar governos, universidades, instituições de pesquisas, escolas técnicas e empresas, facilitando e estimulando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

vii) Disseminar e fomentar o empreendedorismo de maneira conjunta e alinhada com as ações de formação de capital humano

A estratégia em tela indica para uma ação conjunta que permita se utilizar do empreendedorismo para favorecer o processo de formação de capital humano e, ao mesmo tempo, aproveitar este processo para desenvolver o empreendedorismo pelo menos em parte da força de trabalho.

O cearense, assim como o brasileiro, tem uma vocação natural para empreender, seja por necessidade, seja por opção. A ideia é aproveitar essa vocação, apontando para oportunidades que podem derivar de uma maior qualificação técnica, o que deve estimular o processo de formação tornando-o mais atrativo. Ao mesmo tempo, uma maior qualificação amplia os horizontes individuais e com ele as oportunidades possíveis para se iniciar novos negócios, inovadores e competitivos. Assim, a ação integrada com as Setoriais SEDUC e SECITECE, além da mitigação da situação econômica do público-alvo (estudantes da Rede Pública de Ensino Médio e Profissional) desperta para o empreendedorismo, influenciando positivamente o modo de vida, a cultura empreendedora, a visão de mundo e o ambiente de negócio, especialmente aos mais jovens, o que pode resultar em indivíduos mais proativos e socialmente integrados.

* * *